

As avaliações externas de Matemática na Microrregião de Ubá: um estudo comparado das redes públicas de ensino



Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel

Licenciando em Matemática, Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: <matheus.brasiel@ufv.br>.

Cristiane Aparecida Baquim

Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: <cristiane.baquim@ufv.br>.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de abordagem quali-quantitativa, realizado sobre as escolas públicas da microrregião de Ubá/MG, comparando os resultados obtidos nas avaliações externas de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas avaliações do SIMAVE (edições de 2010, 2011 e 2012) e Prova Brasil (edições de 2007, 2009 e 2011). O estudo comparado foi realizado a partir da triangulação dos dados levantados nos *sites* oficiais, das entrevistas e da discussão com os autores que discorrem sobre o tema, utilizando-se um *software* estatístico para compilação dos dados quantitativos e a análise qualitativa.

Palavras-chave: Avaliações externas. Microrregião de Ubá/MG. SIMAVE/Proeb; SAEB/Prova Brasil.

Introdução

As avaliações externas, particularmente a partir de 1990, têm oferecido subsídios capazes de direcionar as políticas públicas para a área, provocando também uma mudança de rumos na prática pedagógica que se desenvolve no seio das instituições escolares, alterando concepções importantes e historicamente concebidas como currículo, processo ensino-aprendizagem, qualidade, igualdade de oportunidades, planejamento e formação docente. Dentro de uma lógica produtivista, acentuou-se uma compreensão de que a qualidade da educação, especialmente a pública, pode ser melhorada se as escolas forem levadas a comparar os resultados obtidos entre si nas diversas avaliações a que são submetidas, e que, na maioria das vezes, desconsideram a realidade de cada sistema e de cada unidade escolar. Essa premissa que promove o *ranqueamento* entre as diversas instituições tem colaborado para forjar interpretações enviesadas sobre a devida utilização desses índices, e sobre qual conteúdo deve ser privilegiado ao longo do percurso acadêmico dos discentes, bem como adequações artificiais para cumprir objetivos colocados de “fora para dentro”, ou seja, do “Estado avaliador” (OLIVEIRA, 2011) para os sistemas de ensino e as escolas. Considerando a importância dessas discussões para o sistema educacional brasileiro, este trabalho objetiva apresentar um estudo realizado sobre a microrregião de Ubá/MG (MRUbá), caracterizando a rede de escolas públicas dessa região. Ademais, pretende-se traçar um comparativo dos resultados obtidos nas avaliações externas de Matemática do SIMAVE/PROEB, nos anos de 2010, 2011 e 2012, e do SAEB/Prova Brasil, nos anos de 2007, 2009 e 2011, pelas escolas públicas, tanto da rede municipal quanto estadual de ensino, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados.

Entende-se que é de suma importância que sejam desenvolvidas pesquisas que visem não apenas à leitura dos dados quantitativos, mas que, sobretudo, auxiliem a desvelar os meandros desse modelo de política em escolas públicas localizadas próximas ao nosso espaço de atuação profissional e, quiçá, munidos do rigor acadêmico-científico, seja possível propor alternativas que possam promover um (re)pensar das práticas instituídas e assim contribuir para com a gestão pedagógica das escolas investigadas.

Sobre as avaliações externas

As avaliações externas dos sistemas de ensino surgem no Brasil num contexto do processo de democratização da educação pelo qual passou o país, especialmente a partir da década de 80, quando grande parte da população historicamente excluída dos bancos escolares passa a frequentar a escola, tornando-se premente a necessidade de avaliar a qualidade do ensino que

vinha sendo ofertado à população. Assim, os novos rumos da política, a partir de uma suposta universalização da educação básica, indicam uma maior responsabilização dos profissionais que “fazem” a educação, bem como a necessidade de detectar a qualidade do ensino oferecido nas escolas.

Dessa forma, em 1990, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo “Estado avaliador” brasileiro, gerando informações e diagnósticos que possibilitaram a elaboração e o monitoramento de políticas públicas a partir de então e colocando a avaliação externa no centro irradiador da política educacional.

Como os dados decorrentes das avaliações realizadas internamente por professores das diversas redes de ensino país afora não poderiam ser comparados, tendo em vista as especificidades de cada uma, buscou-se metodologias avaliativas que contemplassem as habilidades e competências tidas como fundamentais de serem adquiridas pelos alunos, ao longo do seu processo de escolarização.

O grande dilema que se tem observado em relação às avaliações externas é o de que seu desenvolvimento e os resultados que divulgam têm oferecido um arcabouço teórico e metodológico capaz de direcionar as políticas públicas para a área de educação, provocando também uma mudança na prática pedagógica que se desenvolve nas instituições escolares, alterando concepções importantes, como currículo, processo ensino-aprendizagem, qualidade, igualdade de oportunidades, planejamento, formação docente, entre outros (OLIVEIRA, 2011). Apesar do discurso positivo em relação às avaliações externas, muitas vezes os resultados a serem alcançados são revertidos em ações de controle por parte das instâncias superiores, levando as escolas a instituírem mecanismos de controle pautados na “autoavaliação” e na “autorregulação” (OLIVEIRA, 2011).

Sendo assim, é importante salientar que diversos autores apontam que essas avaliações têm sido utilizadas para controlar e classificar alunos e instituições, sendo uma forma de controle do Estado sobre o trabalho e a vida social. E, ao contrário do que apregoam seus idealizadores, ainda hoje seus resultados são utilizados não para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico realizado no interior das escolas, mas sim para promover um processo de *ranqueamento* entre estas, comparável com o sistema de oferta de produtos no mercado. Esse ranqueamento, ao contrário de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados, tem aprofundado ainda mais o processo de exclusão, tendo em vista que reforça “uma política educacional elitista e padronizadora” (RIBEIRO, 2002, p. 141).

Metodologia

Esta pesquisa caracterizou-se por um estudo comparado e analítico-descritivo dos dados produzidos a partir de avaliações externas de Matemática, aplicadas a alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, nas escolas públicas da microrregião de Ubá/MG. Para tanto, esta pesquisa constou, de modo geral, das seguintes etapas para sua operacionalização: coleta de dados, a partir de uma amostra escolhida da população; análise descritiva com resumo dos dados coletados; escolha de um possível modelo explicativo para o comportamento do objeto de estudo, a fim de fazer, numa etapa posterior, a análise qualitativa/inferencial dos dados.

Uma importante ferramenta que nos auxiliou na realização desta pesquisa foi a estatística, que é uma parte da Matemática aplicada que fornece métodos para coleta, organização, descrição, análise e interpretação de dados, e para a utilização destes na tomada de decisões (CRESPO, 1995). Considerando essas caracterizações, a presente pesquisa teve um caráter tanto quantitativo quanto qualitativo. Este estudo foi realizado com as 97 escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, inseridas no contexto das 17 cidades da microrregião analisada.

Os dados quantitativos foram coletados nos *sites* oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assim, devido ao grande número de escolas envolvidas no projeto, utilizamos um *software* para auxiliar na organização dos dados, que é o SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Após a coleta de dados, selecionamos três escolas desta microrregião (menor índice, índice mediano e maior índice, nas provas citadas) para a realização de coleta de dados *in loco* e a análise mais detalhada acerca dos resultados e efeitos dessas avaliações nestas escolas.

Resultados e discussões

Caracterização da rede de escolas públicas da microrregião de Ubá

Iniciamos esta pesquisa com a fase de coleta de dados nos *sites* oficiais do governo. Constatamos que o número inicial de escolas (97) a serem analisadas na pesquisa foi reduzido em 53,61%, totalizando uma amostra de 45 escolas, uma vez que somente 46,39% das escolas da MRUbá participaram de todas as edições das duas avaliações externas durante o período de análise. Essa redução se deve, principalmente, ao fato de que 86,67% das escolas que ficaram de fora da amostra não participaram da Prova Brasil, porque possuíam número de alunos matriculados inferior a 20, critério estabelecido pelo INEP para que a prova seja aplicada.

Observa-se, na Tabela 1, que a quantidade de escolas estaduais (23) supera a de municipais em apenas uma unidade escolar (22); porém, este é um falso equilíbrio entre o número de escolas participantes, uma vez que a representatividade das escolas estaduais e municipais é bem distinta.

Tabela 1. Número total de escolas, número de escolas participantes das avaliações externas* e sua representatividade.

Município	Escola Municipal			Escola Estadual		
	Nº de Escolas	Nº escolas participantes	%	Nº de Escolas	Nº escolas participantes	%
Astolfo Dutra	2	2	100,00	2	0	0,00
Divinésia	1	1	100,00	0	0	0,00
Dores do Turvo	4	1	25,00	0	0	0,00
Guarani	2	0	0,00	0	0	0,00
Guidoval	2	1	50,00	1	1	100,00
Guiricema	9	1	11,11	3	1	33,33
Piraúba	2	2	100,00	1	0	0,00
Rio Pomba	2	1	50,00	1	1	100,00
Rodeiro	1	1	100,00	1	1	100,00
São Geraldo	2	0	0,00	2	2	100,00
Senador Firmino	5	2	40,00	0	0	0,00
Silveirânia	2	1	50,00	0	0	0,00
Tabuleiro	3	1	33,33	0	0	0,00
Tocantins	4	1	25,00	2	2	100,00
Ubá	13	6	46,15	13	11	84,62
Visconde do Rio Branco	11	1	9,09	6	4	66,67
Total	65	22	33,84	32	23	71,88

*SIMAVE/Proeb (2010, 2011 e 2012) e SAEB/Prova Brasil (2007, 2009 e 2011).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

De todas as escolas que oferecem o Ensino Fundamental I, apenas 33,84% das municipais participaram das duas avaliações, enquanto as escolas estaduais tiveram 71,88% de participação efetiva. É possível observar que a grande maioria das escolas que não participaram dos processos avaliativos investigados são municipais. A maior participação das escolas estaduais pode significar um reflexo das políticas desenvolvidas pelo governo do estado de Minas Gerais, a fim de incentivar a sua participação, mas também é um retrato da realidade de muitos municípios, tendo em vista que as escolas de maior porte geralmente são as estaduais.

Análise comparativa entre SAEB/Prova Brasil e SIMAVE/Proeb

As avaliações estudadas neste trabalho pautam-se nas mesmas matrizes de referência e mesmas formas de análise das respostas das avaliações, a Teoria de Resposta ao Item (TRI), cujo enfoque das análises desvincula-se das provas, permitindo comparar as habilidades e os conhecimentos de examinados submetidos a provas diferentes. Considerando tais semelhanças, compreende-se que é possível fazer uma comparação das proficiências obtidas pela microrregião de Ubá em ambas as avaliações.

Na Tabela 2 observam-se os dados obtidos nas três últimas avaliações da Prova Brasil no país, no estado de Minas Gerais e na MRUbá; e do PROEB em Minas Gerais e na MRUbá.

Tabela 2. Dados de proficiência nas avaliações de Matemática da Prova Brasil (2007, 2009 e 2011), no país, no estado de Minas Gerais e na MRUbá, e do PROEB (2010, 2011 e 2012), em Minas Gerais e na MRUbá.

Região	Prova Brasil				PROEB			
	2007	2009	2011	Média	2010	2011	2012	Média
Brasil	191,51	204,29	206,25	200,68	-	-	-	-
MG	199,89	224,73	229,10	217,91	229,45	230,01	232,09	230,52
MRUbá	207,8	237,73	236,31	227,28	247,35	245,4	241,66	244,80

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Constata-se que os valores obtidos por Minas Gerais e pela MRUbá, em todas as edições da Prova Brasil, são superiores aos do país, o que constantemente é alardeado pelo próprio Estado, em propagandas na mídia, como quem está fazendo bem a sua “tarefa de casa”. Também observa-se que a MRUbá alcançou índices superiores aos do Estado nas duas avaliações, em todas as edições, o que também apresenta a microrregião como um espaço de confluência de ações direcionadas para o cumprimento das metas que lhes são atribuídas.

Essa diferença pode ser explicada pelo fato de o Estado de Minas Gerais ser um dos pioneiros na implantação de avaliações externas de âmbito estadual, podendo ser também reflexo dos programas implementados nas escolas estaduais mineiras, uma vez que a maioria da amostra é composta por escolas da rede estadual de ensino. Assim, políticas desenvolvidas pelo governo do estado, tais como o “14º Salário” e a “Escola Referência” podem ser compreendidas como intervenientes no trabalho docente, indutoras de ações pedagógicas e são caracterizadas como medidas de controle, objetivando a obtenção de maior eficácia escolar (AUGUSTO, 2012).

O “prêmio produtividade” conhecido como “14º salário” é um incremento remuneratório concedido apenas aos professores e servidores das escolas estaduais, em função de seus resultados nas avaliações do SIMAVE. É uma prática meritocrática oficialmente reconhecida como fundamental para o cumprimento do Acordo de Resultados firmado entre as instituições educacionais do governo de Minas, visando melhorar os índices do sistema de ensino. Ou seja, a produtividade, entendida como os resultados positivos nas avaliações e o alcance de metas objetivas, é fator condicionante para uma suposta valorização do trabalho docente que, na realidade, deveria preceder essa lógica produtivista.

Já as “Escolas Referência” destinam-se à promoção do desenvolvimento profissional de educadores e à disseminação da cultura de trabalho em grupo nas escolas estaduais que integram a Rede de Escolas-Referência. Enfim, esta opção político-administrativa pela diferenciação entre as escolas e entre os profissionais que nelas atuam, pela via dos resultados alcançados nas avaliações externas, acaba por acirrar a disputa por alunos com maior potencial de realizarem as provas com eficiência, preterindo e excluindo os alunos com maiores dificuldades cognitivas e aqueles que apresentam alguma deficiência e que buscam, na escola, um caminho para a sua inclusão na sociedade do conhecimento.

Sobre as escolas selecionadas

A partir da utilização da média aritmética, foi possível selecionar algumas escolas para uma análise mais detalhada de seus resultados. Sendo assim, de posse de todos os dados necessários, foram selecionadas três escolas com o objetivo de identificar e analisar os possíveis fatores internos às instituições que poderiam influenciar os resultados das avaliações, utilizando-se, como instrumento metodológico para tal coleta, a entrevista semiestruturada com as diretoras e coordenadoras pedagógicas que nelas atuam. Também foram analisados os boletins pedagógicos com os resultados do SIMAVE das escolas, a fim de verificar quais habilidades e competências presentes na matriz curricular estão devidamente sendo oferecidas para os alunos. As médias das três escolas selecionadas podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Médias das avaliações de Matemática, do 5º ano do Ensino Fundamental, da Prova Brasil (2007, 2009, 2011) e do Proeb (2010, 2011, 2012).

Escola	Cidade	Média SIMAVE	Média Prova Brasil	Média aritmética
EE VRB	Visconde do Rio Branco	207.17	190.74	198,96
EE SG	São Geraldo	243,77	226,47	235,12
EE UBA	Ubá	271.62	268.39	270,06

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A escola com maior índice: E. E. Ubá

A Escola Estadual de Ubá foi a que apresentou o melhor índice entre todas as escolas investigadas (270,06). Em entrevista realizada com sua equipe pedagógica, identificamos que ela tem grande procura por parte dos pais em relação às vagas que oferece, devido ao seu histórico de oferecer uma educação pública de qualidade. As profissionais afirmaram que a demanda por vagas aumentou, sobretudo, após a colocação da placa com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na porta de entrada da instituição, sendo que nesta escola tal índice já ultrapassa as projeções de metas do Governo Federal para 2021.

A equipe pedagógica considera que, sobretudo de três anos para cá, tem-se dado uma importância maior a estas avaliações, havendo um aumento no número de alunos que realizam as provas, sendo poucos os alunos que faltam no dia da prova. Essa baixa ausência nas avaliações deve-se ao trabalho feito pela escola de conscientização da comunidade escolar a respeito da importância da participação dos alunos nas provas. Há um envolvimento pessoal muito grande para garantir essa participação, sendo que a equipe gestora chega a buscar os alunos em casa para que não se ausentem e deixem de fazer a prova.

Fazendo uma análise da Escala de Proficiência no 5º ano desta escola, detectamos que, dos 30 descritores previstos na matriz de referência, a escola apresenta resultados superiores ao esperado, no padrão recomendado, em 21 deles. Nos outros 9 descritores restantes, a escola apresenta resultados recomendados para este nível de escolarização. Portanto, a escola não apresenta resultados abaixo do recomendado em de nenhum descritor; estes apresentam proficiências iguais ou superiores ao recomendado.

A escola com índice mediano: E. E. São Geraldo

A Escola Estadual de São Geraldo foi a que obteve índice mediano em nosso estudo (235,12). Em entrevista realizada com sua equipe pedagógica, identificamos que é uma escola de tempo integral e que a procura por vagas é feita, sobretudo, por alunos que moram próximos a ela. O fato de a escola ser de tempo integral, na perspectiva da equipe pedagógica, é o fator responsável pela procura que tem no município. Os pais da maioria de seus alunos exercem longa jornada de trabalho nas empresas do ramo moveleiro do município, e buscam na escola um local que, além de oferecer educação, oferece atividades extracurriculares necessárias para o desenvolvimento de seus filhos, e os mantém fora das ruas, enquanto estão trabalhando.

Fazendo uma análise da Escala de Proficiência no 5º ano desta escola, detectamos que, dos 30 descritores previstos na matriz de referência, a escola

apresenta todos os resultados no padrão recomendado, não tendo nenhum descritor acima ou abaixo do recomendado. Apesar de a escola não apresentar nenhum resultado abaixo do esperado, faz-se necessário um projeto de intervenção pedagógica para que possa alcançar resultados superiores aos que vem conseguindo (acima do recomendado), possibilitando aos alunos desenvolverem o seu conhecimento, tendo uma oportunidade de alcançar proficiências ainda maiores nas avaliações.

A escola com menor índice: E. E. Visconde do Rio Branco

Em relação à escola de Visconde do Rio Branco, que apresentou o menor índice entre todas as analisadas neste projeto (198,96), várias foram as nossas tentativas de entrevistar a equipe pedagógica. Em uma delas chegamos a agendar a reunião e comparecemos ao local, mas a equipe pedagógica não se apresentou para nos atender.

Acreditamos que a negativa velada em nos atender é sintomática e se encontra diretamente relacionada às próprias condições da escola, cujos índices apontam para uma possível precariedade pedagógica e institucional, fazendo com que os profissionais que nela atuam sintam-se responsabilizados pelos resultados negativos. Sabemos que, na maioria das vezes, de nada adiantam as boas intenções pedagógicas, se não há verdadeiro investimento político que promova mudanças substanciais no espaço escolar. Mas, considerando esse modelo de política padronizadora e pautada em metas a serem atingidas, é muito fácil supor que os profissionais sintam-se culpabilizados pelos rumos da escola. O silêncio, nesse caso em específico, nos diz muito.

Fazendo uma análise da Escala de Proficiência no 5º ano desta escola, detectamos que, dos 30 descritores previstos na matriz de referência, a escola apresenta resultados inferiores ao esperado no padrão recomendado em 8 deles. Nos outros 22 descritores restantes, a escola apresenta resultados recomendados para este nível de escolarização. Sendo assim, fato é que a escola não apresenta resultados de nenhum descritor acima do padrão recomendado.

Considerações finais

A escola pública é hoje o *locus* onde se aplicam diversas avaliações externas e para onde retornam os dados após serem processados e analisados pelo próprio Estado avaliador, o que nos faz questionar se os profissionais realmente se veem como sujeitos desse processo e como empreendem ações no sentido de se adequarem às novas exigências, ou seja, se são puramente ações de “engajamento” à lógica do ranqueamento e do produtivismo, ou se tal lógica pode

se traduzir em um repensar da prática pedagógica investigativa, com efeitos positivos sobre a qualidade da educação ofertada às crianças.

Com esta pesquisa, foi possível constatar que professores e gestores das escolas investigadas são submetidos a pressões relativas às metas e resultados a serem alcançados via avaliações externas, resultados estes que estão diretamente ligados aos investimentos recebidos pelas escolas e abonos salariais. Muito além de serem utilizadas para nortear as políticas educacionais, criando políticas capazes de melhorar o ensino oferecido aos alunos, as avaliações têm se constituído em um aparato de regulação social, passando a controlar não apenas o currículo formal, mas a autonomia do professor em relação ao conteúdo que está sendo ensinado.

Nas entrevistas com as gestoras foi possível detectar que ainda existem lacunas deixadas pelas oficinas de capacitação oferecidas pelo governo do estado, no que diz respeito à interpretação dos dados expressos nos boletins pedagógicos do SIMAVE. Apesar de o material enviado pela SEE/MG atualmente ser mais qualificado e apresentar uma maior clareza nas informações, ainda existem outros aspectos que não são claramente explicados durante esses cursos e que inviabilizam uma leitura qualitativa dos resultados pelas escolas.

Mesmo com a MRU^b tendo apresentado resultados superiores em relação ao Estado de Minas Gerais, e até mesmo em relação ao país, com esta pesquisa foi possível perceber que ainda assim existem discrepâncias na região, basta observar as escolas que foram selecionadas neste estudo. Isso ocorre, sobretudo, porque as avaliações externas às quais as escolas são submetidas são pontuais, e não levam em consideração as diferentes realidades de cada uma delas, bem como suas especificidades e problemas enfrentados. Sendo assim, com os resultados dessas avaliações não é possível conhecer de fato o “chão da escola”, visto que ela é elaborada, aplicada e analisada por agentes externos a ela.

Consideramos, finalmente, que os resultados das avaliações externas devem ser usados como norteamo para as políticas públicas educacionais, objetivando a melhoria da qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas do país. Porém, para que isto de fato ocorra, primeiro é preciso que os modelos de avaliações em larga escala sejam revistos, pois apenas gratificar quem apresenta bons resultados e penalizar quem apresenta resultados ruins pouco contribuirá para o avanço da educação. Avançar em direção a uma educação socialmente referenciada requer, antes de tudo, um repensar sobre qual escola queremos para qual população, para qual aluno. Não serão as metas projetadas que farão emergir práticas construtivas e emancipadoras, mas sim o verdadeiro compromisso político para com aqueles que têm na escola pública o único caminho para o resgate da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, M. H. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 695-709, jul./set. 2012.

CAEd/UFJF. *Revista pedagógica: SIMAVE – PROEB 2011: Matemática 5º ano do Ensino Fundamental*. Juiz de Fora: CAEd, 2011.

CRESPO, A. A. *Estatística fácil*. 13. ed. São Paulo: Saraiva: 1995.

FREITAS, K. S. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. *Educ. Soc.* Campinas, v. 25, n. 86, p. 133-170, abr. 2004.

MINAS GERAIS. *Guia do Especialista em Educação Básica*. Secretaria do Estado da Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Belo Horizonte, MG. 2009.

OLIVEIRA, A. P. de M. *A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal*. 2011. 277 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, M. C. A.; SOARES, C. R. Sistemas de Avaliação em Larga Escala e a Disciplina Matemática: um estudo sobre o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 1, 2011, Covilhã. *Anais do I CIHEM*, 2011.

RIBEIRO, B. B. D. A função social da avaliação escolar e as políticas de avaliação da educação básica no Brasil dos anos 90: breves considerações. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação – UFG*. v. 2, n. 27, p. 127-142, jul./dez. 2002.